



Prefeitura Municipal de Itanhaém

Estância Balneária

Estado de São Paulo

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Processo nº 538/2020

Objeto: Celebração de Termo de Colaboração objetivando a transferência de recursos financeiros, a título de subvenção social, para o atendimento à criança de até três anos de idade na educação infantil.

Interessada: Associação Beneficente de Amparo e Solidariedade - ABAS.

CONSIDERANDO que o Município, anualmente, concede subvenção social a entidades privadas sem fins lucrativos, que se dedicam à prestação de serviços de assistência social e educacional, para o custeio de suas atividades sociais;

CONSIDERANDO que dentre essas entidades inclui-se a Associação Beneficente de Amparo e Solidariedade – ABAS, associação civil sem fins lucrativos, de natureza e com finalidade educacional, com larga experiência no atendimento na Educação Infantil oferecida em creche à criança de até três anos de idade, pois atua nessa etapa da Educação Básica desde 04/05/1988, sendo incontroversa a importância social dos trabalhos desenvolvidos pela referida instituição;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015, exige, em regra, a realização de chamamento público, procedimento destinado a selecionar organizações da sociedade civil para firmar parcerias que envolvam a transferência de recursos financeiros (arts. 24 e 35, I), tendo, no entanto, ressalvado, nos arts. 30 e 31, hipóteses em que o administrador público pode prescindir do procedimento de seleção em razão de dispensa e de inexigibilidade do chamamento público, de forma similar à Lei Federal de Licitações e Contratos;

CONSIDERANDO que o art. 31, inciso II, da Lei Federal nº 13.019, de 2014, considera inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas só puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja



Prefeitura Municipal de Itanhaém

Estância Balneária

Estado de São Paulo

identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 4.372, de 17 de janeiro de 2020, autoriza o Poder Executivo a conceder, no corrente exercício, subvenção social à Associação Beneficente de Amparo e Solidariedade - ABAS, no valor de R\$ 138.000,00 (cento e trinta e oito mil reais), configurando, assim, a hipótese de inexigibilidade de chamamento público prevista no art. 31, inciso II, da Lei Federal nº 13.019, de 2014;

CONSIDERANDO, ademais, que a Associação Beneficente de Amparo e Solidariedade - ABAS possui capacidade técnica e operacional compatíveis com o objeto da parceria, dispondo de instalações, recursos humanos e condições materiais adequadas para o desenvolvimento das atividades previstas na parceria;

CONSIDERANDO, por fim, que o plano de trabalho proposto pela referida organização da sociedade civil foi previamente aprovado pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes e visa ao atendimento mensal de 104 crianças.

Nessas condições, à vista dos elementos que instruem os autos, notadamente os pareceres técnico e jurídico de fls., justifica-se a **INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO**, com fundamento no art. 31, inciso II, da Lei Federal nº 13.019, de 2014, na redação que lhe foi conferida pela Lei nº 13.204, de 2015, para a celebração de **Termo de Colaboração** com a organização da sociedade civil **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE AMPARO E SOLIDARIEDADE** - CNPJ/MF nº 54.352.729/0001-56, tendo por objeto a transferência de recursos financeiros, a título de subvenção social, para o atendimento à criança de até três anos de idade na educação infantil.

Publique-se a presente manifestação no sítio oficial do Município na internet, abrindo-se o prazo de 5 (cinco) dias para impugnação a esta justificativa, a contar da sua publicação, conforme dispõe o art. 32, § 2º, da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

Itanhaém, 21 de janeiro de 2020.

Douglas Luiz Rodrigues
Secretário de Educação, Cultura e Esportes